

Aula 00

*Passo Estratégico de História p/ MP-GO
(Oficial de Promotoria e Secretário
Auxiliar) - Pós-Edital*

Autor:
Sergio Henrique

01 de Outubro de 2020

História do Brasil Império

Introdução	1
Análise estatística	3
Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar	4
<i>Primórdios da Independência e Primeiro Reinado</i>	<i>4</i>
<i>Período Regencial (1831-1840)</i>	<i>8</i>
<i>Segundo Reinado (1840-1889) e Primórdios da República</i>	<i>11</i>
Análise das Questões	16
Questionário de Revisão	27
<i>Questionário – Somente Perguntas</i>	<i>27</i>
<i>Questionário – Perguntas e Respostas</i>	<i>29</i>

INTRODUÇÃO

Olá pessoal. Vamos iniciar nossa revisão através do Passo Estratégico. Sou o professor Sérgio Henrique e estarei com você nessa jornada em busca de um excelente resultado no Concurso do **Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO)**.

Vamos iniciar revisando o período imperial e ficarmos atentos a alguns pontos como as revoltas do período imperial, o processo de modernização e o ciclo do café, bem como as obras de arte do Romantismo. O Segundo Reinado sempre é cobrado principalmente porque foi quando ocorreu o auge do ciclo do café e temos 3 pontos fundamentais que explicam porque este assunto é tão importante: Foi durante o ciclo do café que o país passou pelo primeiro processo de modernização no século XIX com a introdução das ferrovias, foi quando ocorreu o processo de abolição da escravidão e a imigração europeia, principalmente a italiana, que foi fundamental para a formação do mercado interno e circulação das riquezas. Estes fatores conjugados colaboram para explicar porque é São Paulo o estado mais rico do país desde o final do século XIX e o porquê foi o pioneiro na industrialização: concentrava os capitais acumulados pelo café, concentrava a infraestrutura de transportes e um mercado consumidor mais amplo devido à imigração italiana. Estes fatores contribuíram para a riqueza e desenvolvimento paulista, para seu protagonismo político durante a República Oligárquica e também para ser o local pioneiro no processo de industrialização. O Romantismo é uma estética artística que vigorou no final do século XIX e tivemos grandes artistas como Pedro Américo e Victor Meirelles que nos legaram grandes obras de arte, que podem ser analisadas numa questão, pois possuem um forte caráter nacionalista e político, devido



o papel da arte na construção da identidade nacional. Podemos identificar isso nas características clássicas como a construção de uma imagem heroica do líder, como no quadro “O Grito do Ipiranga” e a construção da nossa identidade baseada no indigenismo, em que nossa cultura seria o fruto da fusão do europeu e indígena e omitia a importância do negro na formação de nossa cultura e sociedade. Também há um forte teor nacionalista na produção de obras representando as principais batalhas da Guerra do Paraguai em que o Brasil foi vitorioso, e também no momento da proclamação da República com a obra “Tiradentes Esquartejado”.



Pedro Américo - Tiradentes esquartejado



Pedro Américo - O Grito do Ipiranga.



Victor Meirelles - A batalha do Riachuelo.

O assunto escravidão sempre estará presente, pois é um raciocínio implícito em tudo que estudamos sobre o Brasil colonial e imperial. Uma dica quente é que de todos os movimentos separatistas que ocorreram durante o império, nenhum tinha, ao menos claramente, a proposta de abolição da escravidão. Outra dica é ficar atento aos temas que se ligam ao processo de independência, que vimos no passo sobre o Brasil colônia, no caso a Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana, pois o primeiro foi um movimento que não chegou à ocorrer, era elitista e não tinha o projeto de abolir a escravidão, enquanto a revolta baiana saiu as ruas e ocorreram combates violentos. Tinha o apoio da maçonaria (“a loja maçônica cavaleiros da luz”), era popular e abolicionista.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

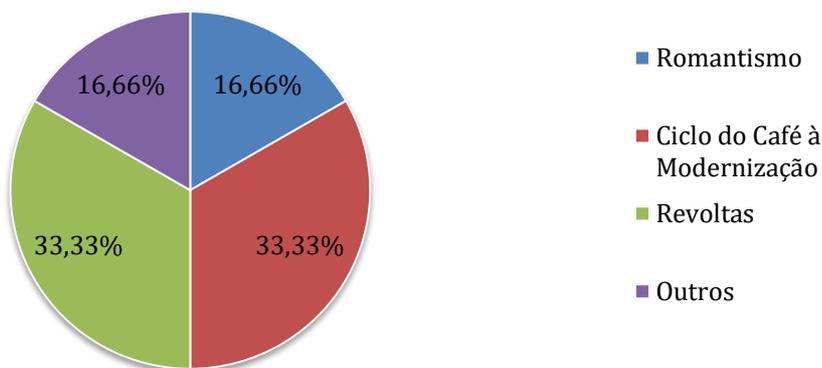
Podemos dividir o período imperial em três assuntos mais cobrados: Escravidão, Revoltas Regenciais e Modernização e Industrialização do Brasil através da expansão cafeeira.

Para a análise estatística calcularemos a incidência destes 3 recortes no Império. Em 4 concursos e 21 questões as incidências foram:

- ✓ Só cobra História do Brasil – a partir do processo de independência.
- ✓ Não foram cobradas questões de colônia.
- ✓ Não foram cobradas questões de conhecimentos específicos de Goiás.



Temas mais cobrados - Brasil Império



ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR

PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

1. A História do Brasil Império começa enquanto resultado da crise do sistema colonial, evidenciada desde o final do século XVIII e início do XIX, além dos problemas sociais e insatisfação com o domínio metropolitano, que desencadearam algumas revoltas, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana de 1817, que procuravam, dentre outros fatores, romper com a dominação colonial e estabelecer a independência política do Brasil.
2. Neste período, pode-se estabelecer três importantes grupos sociais presentes na Colônia: os **colonizadores** (ou reinóis, nascidos em Portugal), os **colonizados** (escravos africanos, indígenas, brancos livres e pobres) e os **colonos** (senhores de engenho, fazendeiros de algodão e tabaco, pecuaristas, proprietários de minas de ouro e diamantes, dentre outros).
3. No contexto europeu, podemos destacar um importante fator que contribuiu para a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil: as invasões napoleônicas do início do século XIX. Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o **bloqueio continental**, a partir do qual os países europeus deveriam fechar seus portos à Inglaterra.
4. Portugal procurou se manter neutro aos embates entre França e Inglaterra, uma vez que grande parte dos comerciantes de Portugal mantinham relações com o mercado inglês. Além disso, a marinha inglesa poderia reagir e invadir as colônias portuguesas, o que causaria inúmeros danos a Portugal. Os franceses, contudo, não aceitaram tal indefinição e invadiram Portugal, ocasionando a transmigração da Corte ao Brasil, sob a proteção inglesa, no ano de 1808.



5. Diante dessa situação, a Inglaterra procurou se aproveitar e pressionou D. João a acabar com o monopólio comercial sobre a colônia, o que foi estabelecido ainda em 1808 com a **abertura dos portos às nações amigas**, ou seja, ao comércio internacional, inclusive à Inglaterra.
6. Tal medida possibilitou que os comerciantes da colônia obtivessem uma ligeira liberdade e, assim, incentivou o processo de emancipação gradual do Brasil em relação à Portugal.
7. Um mês após ter chegado a Salvador, D. João se instalou no Rio de Janeiro e organizou a estrutura monárquica portuguesa, nomeando ministros de Estado, criando órgãos públicos, instalando Tribunais de Justiça e criando o Banco do Brasil. Além disso, seu governo também foi responsável pela fundação de escolas de medicina, Jardim Botânico, Biblioteca Real, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes.
8. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves, deixando, na prática, de ser colônia portuguesa e passando a adquirir autonomia administrativa. Tal fato se deve às definições do Congresso de Viena, de 1815, que estabelecia que as antigas monarquias europeias depostas por Napoleão deveriam reassumir seus tronos. O Congresso reconhecia apenas Lisboa como sede do Governo Português, o que colocava a situação de D. João no Brasil como ilegítima. Tal situação foi temporariamente resolvida com a elevação à categoria de Reino Unido, preservando o trono português à Dinastia de Bragança. Contudo, a situação causou grande insatisfação em Portugal, uma vez que o Brasil passou de colônia a sede do Reino Português. Esta “inversão” nos papéis foi questionada e foi um dos fatores **da Revolução Liberal do Porto**, em 1820.
9. A Revolução do Porto espalhou-se por Portugal, obtendo apoio entre camponeses, militares e profissionais liberais. Elaborou-se uma nova Constituição, de caráter liberal, que limitava os poderes de D. João VI, sendo que exigiam o seu retorno à Portugal, algo que foi postergado até abril de 1821, quando, enfim, ele regressa à Portugal, deixando seu filho Dom Pedro enquanto Príncipe Regente do Brasil.
10. As chamadas **Cortes de Lisboa**, que passaram a controlar Portugal após a Revolução de 1820, tomaram medidas que restringiam a autonomia do governo brasileiro, o que enfraquecia a autoridade de D. Pedro. Com isso, passaram a exigir o retorno do príncipe regente à Portugal.
11. D. Pedro, diante da situação, teve o apoio de grande parte dos latifundiários e grandes comerciantes brasileiros, organizando-se em favor da sua permanência e dando origem àquele que ficou conhecido como o **Partido Brasileiro**, o qual contava com lideranças como José Bonifácio, Cipriano Barata e Gonçalves Ledo. Este partido elaborou um documento pedindo que D. Pedro permanecesse no Brasil, sendo que no dia 09 de janeiro de 1822 o então príncipe regente declarou que permaneceria no Brasil. Este dia entrou para a História do Brasil como o **Dia do Fico**.
12. Os membros das Cortes de Lisboa continuaram tentando reduzir a autoridade de D. Pedro, contudo, o rompimento político com Portugal se deu, efetivamente, no dia 07 de setembro de 1822, quando foi proclamada a **Independência do Brasil**. O príncipe regente foi



aclamado, enfim, imperador e recebeu o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, dando início ao período conhecido como o **Primeiro Reinado** (1822-1831).



13. Durante o Primeiro Reinado, a participação da população foi pouco expressiva, sendo que o poder permaneceu nos grupos dominantes da ex-colônia e, sobretudo, na figura de Pedro I.
14. Dentre as principais diferenças entre o Brasil e as demais nações americanas, no que diz respeito à sua independência, temos que o Brasil esteve sob um regime monárquico, enquanto as demais nações, como Argentina e Uruguai, por exemplo, proclamaram um regime republicano.
15. A Inglaterra foi um dos primeiros países a reconhecer a independência brasileira, sendo que o país exigiu o fim do tráfico negreiro, em acordo feito em 1826. Em 1831, foram declarados livres os escravos vindos da África a partir de então, contudo, tal lei não foi cumprida. Vem deste período, por exemplo, a expressão "**Pra inglês ver**", uma vez que os tratados não eram obedecidos na prática, apenas em teoria.
16. Em 1823, os deputados da Assembleia Constituinte, reunidos no Rio de Janeiro, procuraram fazer um projeto de **Constituição**, sendo que dentre os seus principais aspectos, temos: oposição aos portugueses, limitação dos poderes do imperador e ampliação do Poder Legislativo, manutenção do poder nas mãos dos grandes proprietários rurais. Para votar, o projeto estipulava que o eleitor deveria possuir uma renda mínima anual de 150 alqueires de mandioca. Para ser eleito, o representante também deveria ter renda elevada em alqueires do mesmo produto, motivo pelo qual este projeto ficou conhecido como a **Constituição da Mandioca**.
17. D. Pedro, recusando tal projeto, uma vez que este limitava seus poderes, **dissolveu** a Assembleia Constituinte de 1823, sob o apoio do Partido Português, que procurava reatar os vínculos com Portugal. Diante disso, o imperador nomeou uma comissão composta por

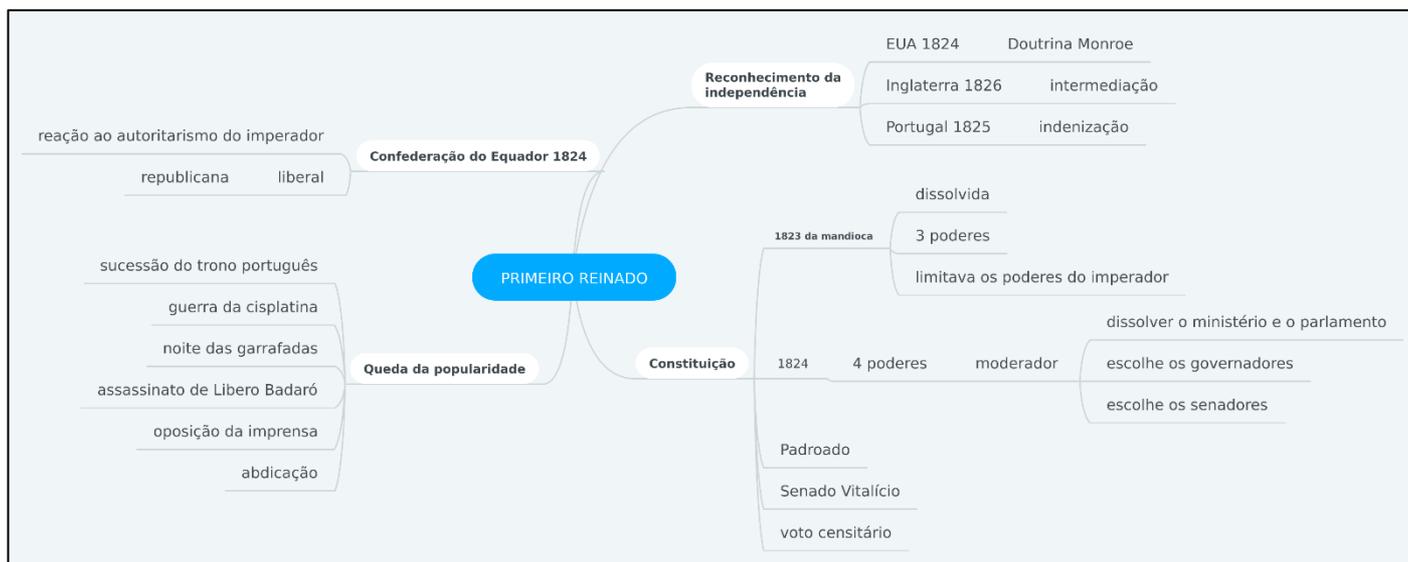


10 brasileiros natos, responsáveis pela elaboração de uma nova Constituição, tendo sido esta **outorgada** (imposta) por D. Pedro I em 25 de março de 1824.

18. A Carta Magna de 1824 estabelecia a submissão da Igreja Católica ao controle político do imperador (regime do **padroado**), um novo sistema eleitoral (que excluía as mulheres, escravos, indígenas, além de grande parte dos homens que não obtivessem uma renda mínima) e a existência de 4 poderes: **Judiciário** (que fiscalizava o cumprimento das leis), **Legislativo** (responsável pela elaboração das leis), **Executivo** (encarregado da administração pública e exercido pelo imperador e seus ministros de Estado) e **Moderador** (exclusivo ao imperador e acima dos demais poderes, concedia autonomia ao chefe do Executivo para nomear ministros, senadores, juízes, demitir presidentes de províncias, dissolver Câmaras, vetar atos do Legislativo, dentre outros).
19. Com tais atitudes, D. Pedro I enfrentou algumas revoltas entre políticos de pensamento liberal. A mais contundente deste período foi a **Confederação do Equador**, ocorrida em Pernambuco em julho 1824. A elite da província estava insatisfeita com a queda nas exportações do açúcar, os pequenos comerciantes, militares de baixa patente, mestiços, negros livres e escravos se encontravam em grande miséria. Unindo-se em ideias contrárias à Monarquia e sob a liderança de Cipriano Barata e Frei Caneca, defendiam a instalação de um regime republicano com poder descentralizado, concedendo maior autonomia às províncias.
20. Após a nomeação de um novo presidente da Província de Pernambuco, os revoltosos, liderados por Manuel Pais de Andrade (antigo presidente da província) tentaram organizar a Confederação do Equador, reunindo as províncias do Nordeste sob uma República Federalista, expandindo-se para o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Contudo, após a saída das elites, que discordavam do fim do tráfico negreiro e da igualdade social, principais bandeiras do movimento, a revolta enfraqueceu e não resistiu à repressão do governo imperial. Diversos líderes foram presos e condenados à morte, como o próprio Frei Caneca.
21. Frente a uma sucessão de crises, a popularidade de D. Pedro caiu significativamente. Fruto do fechamento da Constituinte, em 1823, a imposição da Constituição de 1824, a violência contra a Confederação do Equador, a falência do Banco do Brasil, em 1829, além das mortes e despesas com a **Guerra da Cisplatina**, conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata, cujo término se deu em 1828 e que resultou na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai, o desgaste da imagem do imperador foi marcante.
22. Outro fator importante de sua impopularidade diz respeito à participação da imprensa na vida política do século XIX: em novembro de 1830, Líbero Badaró, um dos líderes da imprensa de oposição ao governo, foi assassinado, sendo que a opinião pública acreditava que sua morte tinha ligações com D. Pedro. Diante deste cenário, o imperador viajou para Minas Gerais, sendo recebido com hostilidade pela população. Como resposta a tal atitude, o Partido Português organizou uma festa de recepção no Rio de Janeiro, impedida, contudo, pelos políticos liberais. No dia 13 de março de 1831, o embate entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro ficou conhecido como a **Noite das Garrafadas**.



23. Diante de tal situação, o imperador decidiu **abdicar** ao trono em 07 de abril de 1831, tendo partido para a Europa em busca do trono português. Deixou seu filho Pedro de Alcântara, então com 5 anos, como seu herdeiro. Pela Constituição de 1824, o Brasil deveria ser governado por um conselho de três **regentes**, eleitos pelo Legislativo, até Pedro de Alcântara completar 18 anos. Tem início, assim, o chamado Período Regencial Brasileiro.



PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

- O período regencial é marcado por disputas políticas em jornais, no Parlamento e, em alguns casos, em revoltas sociais. Com a abdicação de D. Pedro, três grupos políticos dominavam o poder: os **restauradores**, **liberais exaltados** e **liberais moderados**.
 - Restauradores**: defendiam regime absolutista e centralizador com a volta de Pedro I.
 - Liberais exaltados**: descentralização do poder, autonomia administrativa e sistema federalista, além do fim da monarquia e instalação da república.
 - Liberais moderados**: preservação da unidade territorial. Defendiam a monarquia, mas sem absolutismo. Defendiam a permanência da escravidão e manutenção da ordem social.
- Em 1837, os liberais moderados dividiram-se em **progressistas e regressistas**. Os primeiros defendiam um governo forte e centralizado no Rio de Janeiro, mas eram dispostos a concessões aos liberais exaltados, como delegar uma maior autonomia às províncias. Os regressistas eram favoráveis ao fortalecimento do Legislativo, centralizado no Rio, e contrários à liberdade administrativa das províncias. A partir de 1840, os regressistas assumiram a denominação de **Partido Conservador** (saquaremas) e os progressistas, de **Partido Liberal** (luzias).
- O país foi governado, entre 07 de abril e 07 de junho de 1831, por uma **Regência Trina Provisória**, composta pelos senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco



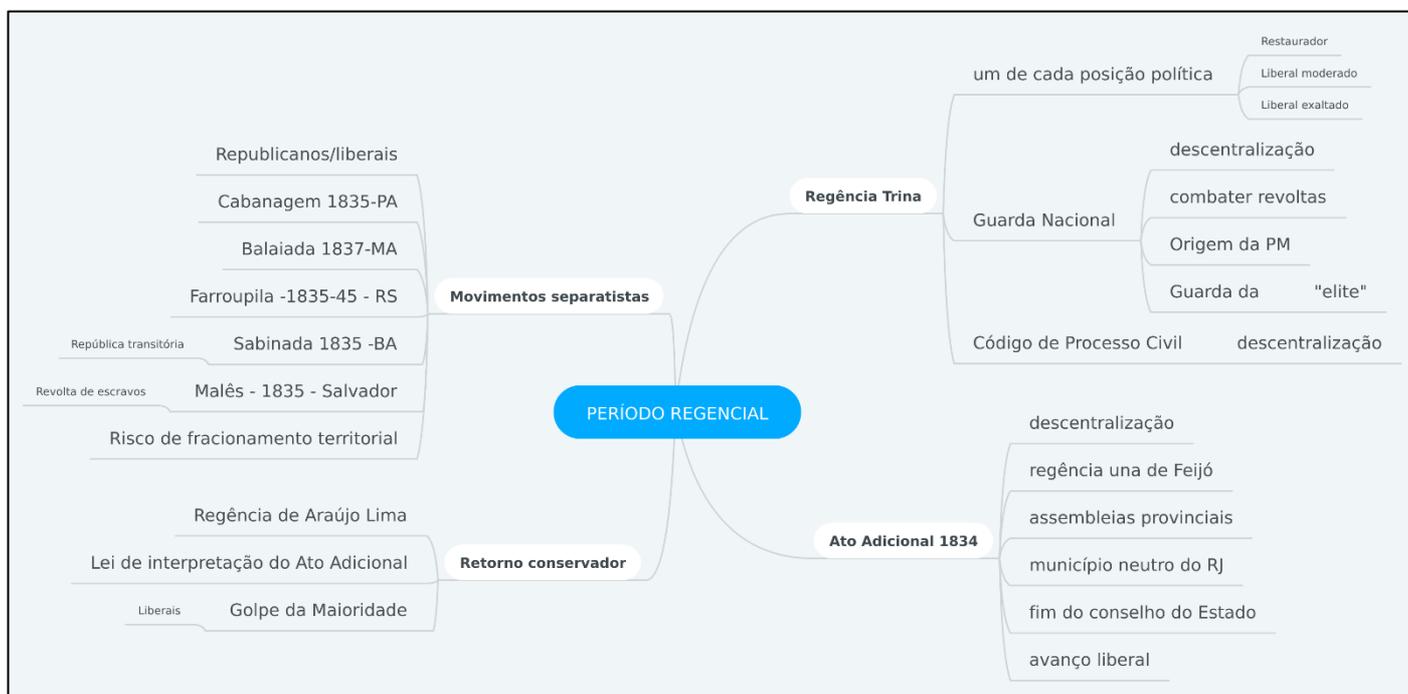
de Lima e Silva, até que a Assembleia Legislativa pudesse se reunir e escolher os membros permanentes. Adotaram medidas de caráter mais liberal, as quais duraram até 1837, como a anistia aos presos políticos, suspensão **parcial** do Poder Moderador e readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em abril de 1831).

4. A **Regência Trina Permanente** durou entre 1831 e 1835, formada pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva. Nomearam o padre Diogo Feijó como ministro da Justiça, o qual acabou com as agitações populares e revoltas ao governo central. Em agosto de 1831, portanto, criaram a **Guarda Nacional**, uma polícia de confiança do governo e dos proprietários rurais, cuja existência perdurou até 1922.
5. Em 1834, os moderados promoveram uma reforma na Constituição, conhecida como **Ato Adicional**, uma tentativa de harmonizar as forças em disputa no país. Neste sentido, estabelecia que a Regência deixava de ser trina e passava a ser una, além de extinguir o Conselho de Estado e criar as Assembleias Legislativas provinciais.
6. Pelo determinado no Ato, novas eleições foram realizadas e Diogo Feijó foi eleito, representando a **Regência Una** entre 1835 e 1837. Seu governo, ligado à ala progressista dos moderados, enfrentou oposição dos regressistas, além de sofrer com as chamadas **revoltas regenciais**, como a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Quando faltavam 2 anos para o término do mandato, Feijó renunciou ao cargo, sendo substituído através de eleições por Pedro de Araújo Lima, o que representa um triunfo para os conservadores regressistas.
7. Em meio a este cenário de instabilidades políticas, é preciso destacar as principais revoltas regenciais ocorridas entre as décadas de 1830 e 1840, que marcaram o contexto político-social do Brasil.
8. A **Cabanagem** ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, e contou com a participação de **cabanos**, homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que viviam em casas à beira de rios, semelhantes a cabanas. Dentre seus objetivos, procuravam acabar com as desigualdades sociais e a exploração, defendiam o fim da escravidão e a distribuição de terras para os lavradores. Devido à sua desorganização, o movimento foi reprimido pelas tropas enviadas pelo governo, sendo que cerca de 30 mil revoltosos foram mortos e, aqueles que sobreviveram, foram presos.
9. A **Revolução Farroupilha**, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, contestava os problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos. Os produtores reclamavam da concorrência do **charque** (carne seca) vindo do Uruguai e Argentina, os quais eram importados ao Brasil com impostos mais baixos e, conseqüentemente, reduzia as vendas e lucros do charque sulino. Os gaúchos foram liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, chegando a fundar, inclusive, a **República Rio-Grandense** (também chamada de República de Piratini) em 1836. Em 1839, o movimento se expandiu para Santa Catarina, na qual foi fundada a **República Juliana**. A partir de 1842, a Revolução começou a ser contida por meio de ações militares, sobretudo aquelas feitas pelo futuro Duque de Caxias. Em 1º de março de 1845, ocorreu um acordo entre as tropas imperiais e os farroupilhas, assegurando vantagens exigidas pelos gaúchos.



10. Em 1835 ocorreu, também, a **Revolta dos Malês**, em Salvador, liderada por uma maioria de escravos muçulmanos em busca de liberdade. A revolta, contudo, foi denunciada e o movimento foi antecipado para a noite de 24 de janeiro de 1835. Porém, muitos rebeldes morreram no combate, outros foram presos e muitos, açoitados ou fuzilados.
11. No ano de 1837, a **Sabinada** ganhou importância, também em Salvador, mas dessa vez em um movimento que procurava instituir uma república na província. De início, teve apoio de parte do exército baiano, mas muitos fazendeiros temiam uma revolta contra o modelo escravocrata brasileiro, o que os prejudicaria financeiramente. Dessa forma, no ano seguinte a revolta estava contida. Ao contrário da Cabanagem, os líderes da Sabinada eram homens cultos e de posses, sendo que a maioria deles não foi morta, mas degradada para outras regiões. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e levado para o Mato Grosso.
12. A **Balaçada**, finalmente, ocorreu entre 1838 e 1841 na província do Maranhão. Vaqueiros, sertanejos e escravos uniram-se para lutar contra a miséria, a fome e a escravidão, sob a liderança de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (produtor de balaios, daí o nome da revolta), Cosme Bento das Chagas e Raimundo Gomes. Ainda que pouco organizados, conquistaram a cidade de Caxias, mas não possuíam muita clareza quanto aos seus objetivos após a tomada da cidade. Dessa forma, passaram o comando ao grupo dos **bem-te-vis** (profissionais urbanos maranhenses). Para conter a revolta, o governo enviou tropas que, a essa altura, já contavam a deserção dos bem-te-vis e seu consequente apoio, pelo qual derrotaram os balaios em 1841, quando já haviam morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos.
13. A **Regência Una** de Araújo Lima ocorreu entre 1838 e 1840. O novo governo passou a reprimir violentamente as revoltas, centralizando o poder nas mãos do Chefe do Executivo. Para tanto, em 12 de maio de 1840 foi criada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, que reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central.
14. O grupo dos regressistas, em oposição à regência de Araújo Lima, passaram a defender que a melhor forma de preservar a unidade territorial e autoridade do governo central seria transferir o poder para as mãos de Pedro de Alcântara, filho de Pedro I. Para isso ocorrer, fundou-se o **Clube da Maioridade**, cujo objetivo era o de antecipar a maioridade do príncipe junto à Assembleia Nacional, obtendo apoio dos progressistas e parte dos regressistas.
15. Em 1840, a Assembleia aprovou a maioridade, naquele que ficou conhecido como o **Golpe da Maioridade**. Pedro de Alcântara foi aclamado imperador, sob o título de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, com 14 anos, dando início ao período da História Imperial conhecido como o **Segundo Reinado**.





SEGUNDO REINADO (1840-1889) E PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

1. O Segundo Reinado é marcado por um período de quase 50 anos, sendo que a coroação de Pedro II marca, para os grupos dominantes, a manutenção dos privilégios políticos e econômicos. Em meio a este cenário, dois partidos ganharam o ambiente político: os **Conservadores** (Saquaremas) e os **Liberais** (Luzias).
2. Quando subiu ao poder, Pedro II escolheu, em seu primeiro ministério, membros do Partido Liberal, em virtude de seu apoio ao Golpe da Maioridade. Os irmãos Andrada e os Cavalcanti participaram do ministério, o qual ficou conhecido como **Ministério dos Irmãos**.
3. Eleições para a Câmara dos Deputados foram marcadas para 13 de outubro de 1840, evidenciando as disputas entre liberais e conservadores. Neste dia, capangas contratados pelos liberais invadiram os locais de votação e deram "cacetadas" nos eleitores. Além disso, uma série de fraudes foram feitas na apuração dos votos, substituindo-se urnas autênticas por outras com votos falsos. Os liberais foram acusados de vencer através da violência e da fraude, sendo que este fato é chamado de **eleições do cacete**.
4. Em 1847, a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros assinala o início do **parlamentarismo** no Brasil: Dom Pedro II indicava o chefe de governo, que era o **presidente do Conselho**, sendo este um membro do partido com maioria no Parlamento. Porém, o parlamentarismo no Brasil tinha uma característica que o diferenciava dos sistemas parlamentares que vemos hoje em dia. O Imperador possuía o chamado **Poder Moderador**, que lhe assegurava o direito de **dissolver** a Câmara a qualquer momento. No caso de o imperador sair "derrotado" nas eleições para a Câmara de Deputados, ele poderia fechá-la



e convocar novas eleições. Esta forma de governo ficou conhecida, no Brasil, como o **Parlamentarismo às avessas**.

5. Diante das transformações político-econômicas da segunda metade do século XIX, o eixo industrial e econômico deslocou-se do Nordeste para o centro-sul, em função da expansão dos cafezais na região. O trabalho escravo passou, lentamente, a ser substituído pelo trabalho assalariado, sobretudo dos imigrantes europeus (italianos, alemães, etc.). Tais investimentos e lucros obtidos com o café incentivaram a industrialização e modernização do país, uma vez que a venda do produto para a Europa e Estados Unidos cresceu significativamente.
6. Inicialmente cultivado na baixada fluminense e no Vale do Paraíba (MG, RJ e SP), as fazendas se expandiram a partir de 1870 para o oeste paulista, em cidades como Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto.
7. Duas importantes medidas favoreceram o crescimento da indústria e a modernização das cidades, além do crescimento da produção do café: a extinção do tráfico internacional de escravos (**Lei Eusébio de Queirós**, de 1850) e o aumento das taxas sobre os produtos importados (**Tarifa Alves Branco**, de 1844, que estipulava a cobrança de 30% sobre os produtos importados ao Brasil sem semelhantes, e 60% sobre aqueles que possuíam semelhantes no Brasil).
8. Também em 1850, foi aprovada a chamada **Lei de Terras**, a qual estabelecia que a forma de adquirir a propriedade de terras, a partir de então, seria através da compra, e não mais através da doação de áreas, como ocorria com as sesmarias. Para tanto, era preciso comprar suas terras do Estado ou de um particular.
9. A partir de tais processos, a ampliação do mercado interno brasileiro, com base na produção de alimentos (gado, charque, cereais) e no crescimento urbano do setor de serviços, comércio e indústria, foi amplamente significativa. Em conjunto com a expansão do café, o crescimento das cidades e a industrialização se desenvolveram, consideravelmente, no Sudeste do país.
10. Contudo, ainda que o país estivesse se desenvolvendo industrialmente e de forma modernizada, alguns acontecimentos internacionais marcaram, negativamente, o Segundo Reinado.
11. Entre 1863 e 1865, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra foram rompidas. A partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, fruto do processo de industrialização, a Inglaterra tinha interesse que a escravidão dos negros no Brasil fosse extinta, uma vez que os escravos não participavam do mercado consumidor e o dinheiro gasto com a compra de escravos, feita pelos grandes fazendeiros, poderia ser direcionado à compra de produtos industrializados. Já mencionamos a lei de 1831, na qual os escravos trazidos ao Brasil, a partir desta data, eram declarados livres. Contudo, ela não foi cumprida. Em 1845, a Inglaterra aprovou a lei **Bill Aberdeen**, que autorizava o ataque inglês aos navios negreiros e a prisão de seus traficantes, sob protestos do governo brasileiro.
12. William Christie, embaixador inglês, denunciava o descumprimento das leis contrárias à escravidão e ao tráfico, sobretudo a de 1831. Dois eventos foram determinantes para que



desencadeasse a **Questão Christie**: o furto da carga de um navio inglês, Príncipe de Gales, que havia naufragado próximo à costa do Rio Grande do Sul, em 1861, e a prisão, em 1862, de três oficiais da marinha inglesa que estavam embriagados e causando desordem. O embaixador exigiu que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra pelo furto da carga e que punisse os policiais que prenderam os oficiais ingleses, não obtendo êxito. Diante deste imbróglio, ordenou que a marinha inglesa aprisionasse os navios mercantes brasileiros. Para a resolução do conflito, decidiu-se estabelecer o **arbitramento internacional** feito por Leopoldo I, rei da Bélgica, o qual pronunciou-se favoravelmente do Brasil. Esta prática ocorre quando 2 países possuem alguma contenda que, neste caso, será julgada por outro país que não possui interesses nos conflitos; seu julgamento será considerado **definitivo** e deverá ser aceito por ambas as partes envolvidas. D. Pedro II pagou a indenização referente à carga, mas o governo inglês não se desculpou formalmente pelo ocorrido, levando Pedro II a interromper as relações diplomáticas com a Inglaterra. Elas seriam reatadas somente em 1865, quando a soberania nacional brasileira seria reconhecida por uma grande potência como a inglesa, em um pedido de desculpas enviado formalmente pelo inglês Edward Thornton,

13. Outro aspecto deste período diz respeito à **questão platina**, ou seja, às disputas pela região do Rio da Prata. O Brasil desejava garantir o direito de navegação pelo Rio da Prata, além de impedir que vaqueiros uruguaios atravessassem as fronteiras brasileiras. Como um ponto importante, a questão platina também envolvia o impedimento da anexação do Uruguai pela Argentina. Neste contexto, 3 conflitos envolvendo o Brasil aconteceram: a guerra contra **Oribe e Rosas (Guerra do Prata)**, **Guerra contra Aguirre (Guerra do Uruguai)** e a mais conhecida, a **Guerra do Paraguai (Tríplice Aliança)**.
14. Intervenção contra Oribe e Rosas (1851-1852): após a formação da República Oriental do Uruguai (1828), organizou-se 2 partidos, o **Blanco** (liderado por Oribe e ligado aos argentinos) e o **Colorado** (liderado por Frutuoso Rivera e ligado aos brasileiros). Rivera foi eleito em 1828, não interferindo nas relações com o Brasil. Contudo, em 1834 Oribe vence as eleições, unindo-se ao presidente da Argentina, **Juan Manuel Rosas**, que pretendia anexar o Uruguai ao território argentino, prejudicando os interesses brasileiros referentes à navegação e fronteiras. Diante de tal situação, o Brasil interviu militarmente, aliando-se ao colorado Rivera e derrubando Oribe do poder. Tempos depois, Entre-Ríos e Corrientes, províncias argentinas, organizaram uma revolta contra Rosas, comandada pelo general argentino **Urquiza** e com o apoio de tropas brasileiras. Oribe, presidente uruguaio, foi derrotado com o apoio das tropas brasileiras comandadas pelo Duque de Caxias. Na Argentina, Rosas foi derrotado por Urquiza, que assumiu a presidência em seu país.
15. Guerra contra Aguirre (1864-1865): durante a década de 1850, o conflito blancos x colorados permaneceu. Fazendeiros gaúchos deram queixa ao governo brasileiro de que os blancos uruguaios estavam invadindo e roubando gado no Brasil. O governo brasileiro fez reclamações ao presidente uruguaio **Atanásio Aguirre**, do Partido Blanco, que não deu muita atenção à situação. Diante disso, o Brasil declarou guerra ao Uruguai, aliando-se ao Partido Colorado sob liderança de **Venâncio Flores**. O Uruguai foi atacado em terra, sob liderança do general Mena Barreto, e por mar, sob o comando do almirante Tamandaré. Em 1865, Flores derrotou Aguirre com apoio das tropas brasileiras, assumindo a presidência do



país. Aguirre, por sua vez, pediu apoio de Solano López, presidente do Paraguai, estabelecendo uma aliança político-militar, o que deu início a mais uma guerra.

16. Guerra do Paraguai (1864-1870): além das causas políticas e territoriais já observadas nas duas guerras anteriores, fatores econômicos foram fundamentais para a eclodir a guerra. O desenvolvimento paraguaio ameaçava os interesses ingleses, que preferiam que os latino-americanos fossem, apenas, fornecedores de matérias-primas e consumidores de seus produtos industrializados. O governo paraguaio, contudo, não se encaixava nessa política, sendo que a Inglaterra favoreceu, assim, a luta entre Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai.
17. A Guerra do Paraguai teve inúmeras perdas humanas, além de um grande abalo no Brasil: economia abalada em razão dos prejuízos, aumento da dívida externa devido aos empréstimos levantados com a Inglaterra, divisão na posição do exército brasileiro, que se mostrava contrário à escravidão (uma vez que boa parte das tropas era composta por negros e homens livres e pobres) e que passava, a partir de então, a demonstrar certa empatia pela causa republicana.
18. No cenário das lutas pelo fim da escravidão, podemos destacar, a partir de então, o crescimento de um movimento **aboliconista**, que desejava o fim da escravidão. Este movimento ganhou o apoio de setores da população, como parlamentares, imprensa, militares e intelectuais, como Joaquim Nabuco, Luis Gama e Castro Alves.
19. A esse respeito, o governo brasileiro promulgou duas leis que emanciparam parte da população escrava no país: a **Lei do Ventre Livre (1871)**, que declarava livres todos os nascidos de mãe escrava a partir de sua promulgação, além de liberar os donos de escravos da obrigação de alimentar os filhos de escravos. Além disso, permitia que os escravos que tivessem juntado dinheiro suficiente para comprar sua liberdade (**alforria**), entrassem na Justiça para o devido fim. A segunda medida é a chamada **Lei dos Sexagenários, ou Saraiva-Cotegipe (1885)**, que libertava os escravos com mais de 60 anos de idade e liberava os donos de escravos de sustentá-los após este processo, mesmo que grande parte deles sequer alcançava tal idade. Tais leis adiaram ao máximo a abolição definitiva, que viria a ocorrer somente em 13 de maio de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea** pela Princesa Isabel.
20. Com a abolição da escravidão, em 1888, a situação da população negra no Brasil continuou amplamente difícil, dado que poucos tinham dinheiro para trabalhar por conta própria ou condições de obter um emprego melhor. Além disso, o governo brasileiro não ajudava na melhoria das condições sociais, sendo que muitos libertos continuaram nos mesmos locais em que trabalhavam como escravos. Os reflexos de quase 300 anos de escravidão negra são visíveis até hoje, uma vez que grande parte da população marginalizada é negra e é, diariamente, vítima do racismo.
21. Diante de tal panorama, a monarquia apresentava rachaduras em sua estrutura, evidenciando o começo da crise do Segundo Reinado. Dentre os principais fatores, destacamos: movimento republicano, conflitos do governo imperial com o exército e a Igreja, processo aboliconista.



22. Com a abolição, senhores de escravos romperam com o governo imperial, sendo que muitos escravistas passaram a apoiar a causa republicana, que já estava presente desde o século XVIII com a Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, perpassando o século XIX, com a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador.
23. Terminada a Guerra do Paraguai, em 1870, o movimento republicano ganhou uma formação mais consistente, com o lançamento, no Rio de Janeiro, do **Manifesto Republicano**, liderado por Quintino Bocaiúva e que questionava o fato de o Brasil ser, na América, o único país que ainda mantinha o regime monárquico. Em 1873, o Partido Republicano Paulista é fundado na Convenção de Itu, em São Paulo, apoiado por seguidores no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.
24. O conflito com a Igreja também é importante de se destacar. Devido ao regime do padroado (submissão da Igreja ao Estado), nenhuma ordem vinda do papa poderia valer no Brasil sem a aprovação do imperador. Em 1872, D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e Belém, seguiram ordem do papa Pio IX e puniram alguns religiosos que apoiavam membros da **maçonaria**. D. Pedro II, influenciado pela maçonaria, ordenou a suspensão das punições, as quais foram recusadas pelos bispos. Condenou-os a 4 anos de prisão, mas em 1875 concedeu o perdão imperial e os religiosos foram libertados, mas tal fato abalou as relações entre Igreja e Estado.
25. Finalmente, as questões ligadas ao exército se mostraram cruciais para o declínio da monarquia, visto que após a Guerra do Paraguai (1870) o exército ganhou ampla importância. Nas decisões políticas, contudo, o poder dos civis era muito maior em relação ao dos militares, gerando tensões no exército, inclusive através de punições aos militares que denunciassem a corrupção ou se mostrassem contrários à escravidão. Em meio a este ambiente, altos chefes do exército, como o Marechal **Deodoro da Fonseca**, se manifestaram contrariamente ao imperador.
26. Tais acontecimentos e a insatisfação com Pedro II favoreceram o golpe militar que daria origem à República Brasileira. Em 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca assumiu o comando contra o governo monárquico, ocupando o quartel do Rio de Janeiro. O gabinete foi deposto, o ministro da Justiça e o chefe de gabinete foram presos e a partir de então, constituiu-se o **Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. D. Pedro II recebeu, no dia seguinte, um documento que exigia a retirada da Família Real para Portugal. Tem-se início, então, a **República Brasileira**.





ANÁLISE DAS QUESTÕES

1. (VUNESP - PM-SP - Aluno Oficial / 2019)

Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século [XIX] e especialmente nos anos de 51 a 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil [...]; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. [...] Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país.

(Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil, 1995)

Pode-se explicar essa intensificação das atividades econômicas do período pela:

- A) política de emissão de papel-moeda concedida pelo governo às instituições financeiras estatais.
- B) expansão do mercado consumidor interno com a adoção progressiva do trabalho assalariado.
- C) disponibilidade de capitais para novos investimentos devido à abolição do tráfico internacional de escravos.
- D) suspensão das dívidas dos fazendeiros com os fornecedores internacionais de implementos agrícolas.
- E) abolição da mão de obra escrava acompanhada de indenizações estatais às empresas escravistas.



Comentários

O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, em um de seus mais importantes livros, “Raízes do Brasil”, apresenta-nos a situação do Brasil no que diz respeito à **intensificação** das atividades econômicas no país, no presente caso, na década de 1850. Ele nos traz exemplos contundentes sobre tal desenvolvimento, como a constituição de sociedades anônimas, a fundação do segundo Banco do Brasil, de uma linha telegráfica no Rio de Janeiro e da abertura da primeira linha de estradas de ferro no Brasil.

Diante de tal situação, podemos compreender que ela é fruto do investimento de capital em um processo de **modernização** do Brasil, resultado direto da aprovação da lei número 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como **Lei Eusébio de Queirós**, responsável por estabelecer uma série de medidas para a repressão ao tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é fruto, sobretudo, das pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país. Para compreendermos melhor a situação, é fundamental que analisemos o contexto pelo qual o país vivia antes da lei de 1850.

No ano de 1822, o Brasil se tornou independente em relação à Portugal, sendo que os acordos que previam o fim do tráfico negreiro (de 1815 e 1817, assinados entre Jorge IV, da Inglaterra, e D. João VI, do Brasil) perderam a validade. Contudo, uma das exigências da Inglaterra para o reconhecimento da independência brasileira foi a proibição da importação de escravos ao Brasil. Assinado em 1826, o tratado proibiu o tráfico e manteve as **comissões mistas** (Deputados e Senadores atuando em conjunto), sendo ratificado em 13 de março de 1827, e estabeleceu o prazo de três anos para que as determinações fossem cumpridas.

No dia 7 de novembro de 1831 (regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832), foi promulgada no Brasil a lei que deu amplos poderes às autoridades judiciais para reprimirem a entrada de africanos e declarou **livre** todos os escravos que entrassem no território brasileiro.

A situação do tráfico, porém, não foi encerrada, pelo contrário, ele acabou aumentando em decorrência da baixa no preço dos negros e pela demanda das grandes lavouras cafeeiras. Associado a isso, as autoridades brasileiras não se esforçaram para repreender a prática da vinda de escravos ilegalmente, dado o seu interesse econômico e à mão de obra mais barata. Com isso, a lei de 1831 ficou conhecida como “**lei para inglês ver**”, porque, a despeito de ter sido aprovada, não havia a proibição efetiva do tráfico negreiro.

Foi somente a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que o investimento no tráfico deixou de ser a prioridade, e o capital que era investido em tal comércio passou a ser direcionado para outros setores, responsáveis pela **modernização** do país. Ao longo da década de 1870 teve início o processo de **imigração de europeus** para o Brasil, sendo que grande parte deles veio da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, fundamentais para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

Vale ressaltar, também, que o fim da escravidão aconteceu de forma muito lenta e gradual, tendo sido alcançado somente em 1888, com a promulgação da chamada **Lei Áurea**, que declarava extinta a escravidão. Ela ocorreu, portanto, depois do período abrangido por Sérgio Buarque na questão.

(Fonte: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz;>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm).



Gabarito: C

2. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2018)

De 1854 a 1858, foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro, a iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começou a crescer. A urbanização da capital passava por uma revolução. Nos locais de maior acesso foram sendo edificadas palácios, jardins públicos e amplas avenidas. Ao longo do século XIX, a corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização, calçamento com paralelepípedo, iluminação a gás, bondes puxados a burro, rede de esgoto e abastecimento domiciliar de água. (Lilia M. Schwarcz; Heloisa M. Starling. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Adaptado).

A partir do trecho, é correto afirmar que uma das principais características do Brasil no século XIX era:

- A) a oposição entre uma economia rural, desconectada das economias centrais do capitalismo, e o processo de modernização dos centros urbanos.
- B) a concentração de recursos em cidades escravistas, como São Paulo e Porto Alegre, em oposição à carência material de cidades como Rio de Janeiro e Salvador.
- C) o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte e a violência da escravidão somada à alta densidade de negros escravizados nas principais cidades.
- D) a facilidade de integração territorial, em termos de transporte e comunicação, em um país de dimensões continentais densamente povoado.
- E) o complexo processo de reurbanização e modernização que atingiu igualmente todo o território nacional.

Comentários

O excerto trazido nos apresenta uma das principais características do Brasil oitocentista, o qual procurava estabelecer um projeto de **modernização e civilização** das principais cidades brasileiras, no que diz respeito à comunicação, iluminação, meios de transporte e crescimento dos estabelecimentos de ensino, rede de abastecimento domiciliar de água, dentre outros fatores.

Em oposição a este projeto estabelecido pela Corte Portuguesa, contudo, um aspecto negativo desta mesma sociedade esteve amplamente inserido no período: a **escravidão e a violência contra os negros** nas principais cidades, sobretudo o Rio de Janeiro e Salvador.

É preciso ressaltar, dessa forma, que o processo de modernização do Brasil, empreendido desde o século XIX, esbarrava em problemas sociais amplamente prejudiciais, uma vez que a ideia de progresso e modernidade eram contrariadas pela existência e permanência de inúmeras casas com o sistema escravista vigente, misturando-se os ideais de “avanço” e “retrocesso” em uma mesma parcela da sociedade.

Gabarito: C

3. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir





A obra de Victor Meirelles, realizada à época do Império de D. Pedro II, tem o seu contexto de produção associado à dedicação de vários membros da Academia Imperial de Belas Artes à representação de momentos importantes da política e da história nacional, com vistas a desenvolver um sentimento ufanista.

Essa obra busca representar o descobrimento:

- A) como um encontro pacífico e ordenado de raças, com a Igreja e o Estado ao centro e os indígenas curiosos e passivos, de forma a silenciar sobre os conflitos do passado e do presente, tais como a invasão e o genocídio indígena do século XVI e a escravidão negra do século XIX.
- B) de maneira apologética, de forma a conferir legitimidade à presença portuguesa na América, com o objetivo de justificar, em pleno século XIX, a guerra levada adiante pelo Brasil contra o Paraguai, evidenciando a pretensão brasileira de se constituir como potência hegemônica no Cone Sul.
- C) como uma projeção pretérita da importância das elites de grandes proprietários do século XIX, ressaltando, com isso, o projeto dessas oligarquias em relação à derrubada da monarquia e ao estabelecimento de uma República que contemplasse os interesses das várias regiões do país.
- D) de modo laudatório, ressaltando o papel essencial da Igreja e dos bandeirantes no processo de colonização do Brasil, o que ensinaria, no século XIX, o desejo da aristocracia rural do Nordeste de se afirmar como grupo social político e economicamente hegemônico no Império.
- E) de forma crítica, ressaltando o caráter violento da conquista portuguesa e da ação da Igreja Católica, com o objetivo de denunciar as marcas de violência ainda presentes na sociedade imperial, tais como a escravização de negros africanos e a exploração de imigrantes italianos.

Comentários

A obra produzida por Victor Meirelles, em 1860, ainda sob o Segundo Reinado (1840-1889), é reflexo de uma preocupação, por parte dos membros da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em atribuir os valores **nacionalistas** e **ufanistas** de determinados acontecimentos históricos brasileiros, recuperando a imagem positiva da colonização portuguesa no Brasil.



No presente caso, a obra retrata, de forma **romantizada**, a revalorização da história nacional através da presença indígena, presente de forma **idealizada** na obra e que, diferentemente do elemento negro, até então considerado como uma figura anônima da nação, a imagem indígena representaria uma presença mais ativa na confluência do europeu com os nativos.

Dessa forma, a obra retrata que não houve resistência por parte dos nativos, pelo contrário, colocados de forma **pacífica e curiosa** com relação ao que está acontecendo. Tal imagem procura, dentre outros aspectos, transmitir uma visão que **silencie os conflitos existentes no passado e, conseqüentemente, no presente**, como mencionados no texto apresentado pela banca. Ademais, busca minimizar o impacto do genocídio indígena do século XVI e da escravidão dos negros, sobretudo, no século XIX.

Gabarito: A

4. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem a seguir.



A tela Iracema (1881), de José Maria de Medeiros, é um símbolo:

- A) do isolamento da monarquia, representada pela indígena melancólica e solitária, no contexto de crise do império.
- B) da vitória do Brasil na guerra do Paraguai, retratada pela flecha enterrada na areia, ressaltando o papel dos povos indígenas nas batalhas.
- C) do apogeu do império, no seu momento de maior prosperidade econômica e força política, representadas pela louvação aos primeiros colonizadores portugueses.
- D) do movimento romântico indigenista, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo.
- E) da retomada da importância econômica que a exploração do pau-brasil, realizada com a ajuda dos povos nativos, teve no início do período colonial.

Comentários

O quadro de 1881, cujo título “Iracema” faz referência ao romance **indianista** homônimo escrito por José de Alencar, em 1865, no qual a índia Iracema se apaixona pelo português Martim, cujo fruto de seu relacionamento, Moacir, é considerado, na obra, o primeiro brasileiro.

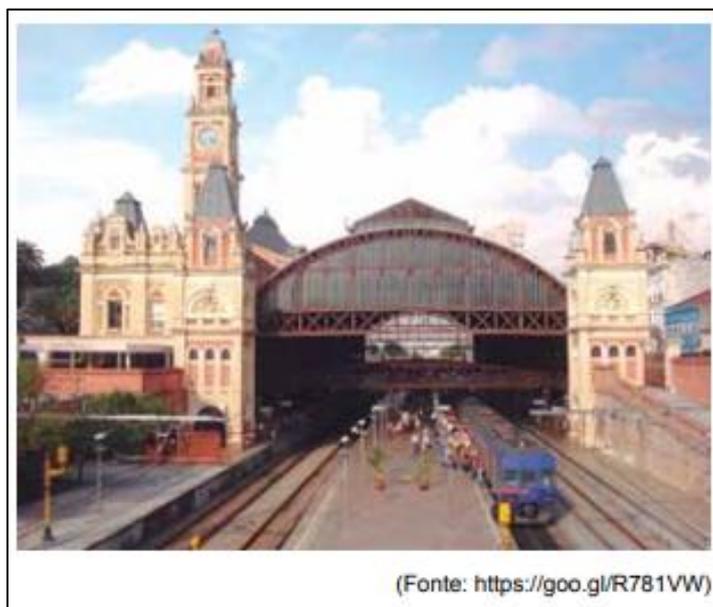
A tela, bem como a obra de Alencar, são exemplos claros do Romantismo brasileiro, no qual o indivíduo retratado se refere a uma figura essencialmente brasileira (o índio), o qual representa a **nação brasileira** e que deve, dessa forma, resgatar as origens e os ideais nacionalistas.

Assim, **Iracema** representa a coragem, honestidade, a beleza e a pureza do Brasil, romantizada e construída de acordo com um estado de exaltação do herói nativo.

Gabarito: D

5. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem



A arquitetura da Estação da Luz e o contexto em que foi construída permitem que se estabeleça uma relação entre:

- A) a produção de cana-de-açúcar no interior de São Paulo e a necessidade de abastecer os engenhos com mão de obra negra escravizada, transportada em trens de origem suíça, o que influenciou o estilo da construção da estação.
- B) a expansão da lavoura cafeeira em direção ao interior de São Paulo e a exportação de capital e tecnologia ingleses para o Brasil entre os séculos XIX e XX, simbolizados na arquitetura da estação.
- C) a industrialização precoce do Oeste paulista e a chegada de imigrantes para trabalharem nas fábricas de Campinas e arredores, o que levou à construção da estação de estilo francês para transportá-los do porto ao interior.



D) o projeto das elites da República de interiorização do povoamento, o que levou à construção da ferrovia, e a influência cultural italiana devido ao alto número de imigrantes, refletida na arquitetura da estação.

E) a crescente influência norte-americana no Brasil a partir do início do século XX, evidente na construção da estação, e a importação da tecnologia ferroviária que o Brasil até então desconhecia, aprofundando os laços econômicos entre os dois países.

Comentários

A estação da Luz, localizada na cidade de São Paulo, é um marco da expansão cafeeira paulista entre os séculos XIX e XX. No ano de 1867 foi construída a primeira estrada de ferro que ligaria o município de Santos a Jundiaí, além de uma ligação com a capital paulista (São Paulo) e cidades próximas.

Tal estrada facilitaria a exportação do café para países da Europa e para os Estados Unidos. Foi a responsável, também, pelo escoamento do café produzido no Oeste paulista até o Porto de Santos.

Construída pela companhia **inglesa** “São Paulo Railway”, foi idealizada sob a estética vitoriana, sendo que o Barão de Mauá foi o responsável por angariar a tecnologia e o capital vindos da Inglaterra para o Brasil, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da exportação cafeeira.

Gabarito: B

6. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2015)

A Estrada de Ferro São Paulo Railway pôs fim ao isolamento do planalto paulista, rompendo as dificuldades de transpor a grande inclinação da Serra do Mar, facilitando o transporte de mercadorias e o contato cultural e comercial com a Europa por meio do Porto de Santos.

(Silvia Helena Passarelli, Vitrines da cidade. Disponível em: <http://goo.gl/4bNKs8>. Adaptado).

Um dos objetivos centrais da construção da estrada de ferro discutida no trecho foi:

- A) estimular o desenvolvimento da indústria paulista, que estaria mais próxima da exportação de seus produtos pelo porto.
- B) tornar viável a importação de mercadorias por São Paulo, que até então só recebia produtos importados que entrassem no país pelo Rio de Janeiro.
- C) facilitar o transporte do café do Vale do Paraíba para o porto de Santos, de onde seria exportado para a Europa.
- D) garantir aos trabalhadores imigrantes vindos da Europa que tivessem acesso livre e direto às fazendas de café do interior e às fábricas da capital.
- E) escoar o café produzido na região do então chamado “Oeste paulista”, para onde a cafeicultura tinha se expandido recentemente.

Comentários

Os séculos XIX e XX brasileiros presenciaram o crescimento de uma atividade econômica extremamente vantajosa para a época, sobretudo em decorrência dos reflexos do processo de



Revolução Industrial na Europa e que, conseqüentemente, incentivaram o desenvolvimento econômico no Brasil.

Neste cenário, a inserção da **atividade cafeeira** no Brasil obteve grande sucesso, sobretudo na década de 1870, quando a economia paulista experimentava um desenvolvimento com proporções nunca antes vistas. Assim, o café, em sua expansão para o **Oeste paulista**, transpôs Campinas e alcançou Ribeirão Preto e Jaú.

O texto supracitado diz respeito à construção da Estrada de Ferro **São Paulo Railway**, a qual ligava o município de Santos a Jundiá, tendo como ponto de passagem a cidade de São Paulo. Cruzava as cidades de Cubatão, Santo André (Paranapiacaba), Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, novamente Santo André (área central) e São Caetano do Sul até chegar à capital paulista. Foi a responsável por **escoar** o café produzido no Oeste paulista até o Porto de Santos, o qual exportaria o produto para a Europa e EUA.

Gabarito: E

7. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram malês, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos. Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista.

(REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

O episódio descrito no trecho contribuiu para

- A) a longa duração do tráfico negreiro, pois, diante do crescente conflito social, os defensores do escravismo reconheceram que era necessário trazer mais escravos para o Brasil.
- B) a abolição da escravidão poucos anos depois, pois os grandes proprietários sentiram-se ameaçados e inseguros e perceberam a necessidade de adotar o trabalho livre.
- C) a intensificação das tensões no interior da elite de grandes proprietários no contexto da Regência, incomodados com as diversas revoltas que explodiram à época.
- D) o aprofundamento da crise que levou à renúncia de Dom Pedro I, considerado um monarca politicamente inábil e incapaz de manter a imensa população de escravos sob controle.
- E) a crise política que levou ao Golpe da República e ao início da Primeira República, devido ao descontentamento dos grandes proprietários com a gestão liberal do período regencial.

Comentários

A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, teve um caráter **religioso**, uma vez que os escravos de origem **muçulmana** eram obrigados a participar de missas católicas e eram proibidos de praticar rituais ligados ao islamismo.



Durante o Período Regencial (1831-1840), houve uma série de revoltas que buscavam, dentre outros aspectos, alterar o sistema político e econômico vigente (que era baseado na **mão de obra escrava**), tais como a Cabanagem (1835), a Farroupilha (1835), a Sabinada (1837), Balaiada (1838) e a própria Revolta dos Malês, de 1835.

A tensão nas elites aumentou substancialmente com as diversas revoltas regenciais, sendo que o exército e o governo português procuraram inibi-las, em boa parte dos casos, de forma violenta.

Gabarito: C

8. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao Jornal do Commercio, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.

Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar:

- A) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.
- B) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.
- C) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838- 1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.
- D) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.



E) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias.

Comentários

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, em decorrência das invasões napoleônicas à Portugal, representou um novo tipo de administração para a colônia. Primeiramente, mantinha os privilégios dos grupos políticos mais influentes no Brasil: os comerciantes portugueses e os membros das **elites rurais** brasileiras.

Em segundo lugar, a administração da colônia era diretamente influenciada pelas transformações europeias, o que se pode evidenciar pela expansão de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, que passou a ocupar o lugar de **capital do império português**.

Neste contexto, a criação de um **aparelho estatal centralizador**, que transferiu a capital do império de Salvador para o Rio de Janeiro, trouxe medidas por parte da corte portuguesa que desagradaram aos brasileiros: os gastos da Corte, o aumento dos impostos e a ocupação de cargos públicos, predominantemente, por portugueses, foram fatores que deixaram a população insatisfeita.

Assim, os revoltosos de Pernambuco, insatisfeitos com a situação, sob a liderança de Domingos José Martins, ocuparam Recife e prenderam o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, dando início, em 1817, à Revolução Pernambucana, de caráter separatista.

Outro acontecimento daí decorrente foi a Confederação do Equador (1824), fruto da transferência do eixo econômico brasileiro, que passou da região nordeste para a sudeste, após um período de crises no abastecimento e do baixo crescimento no século XIX, e da dissolução da Assembleia Constituinte e respectiva outorga da Constituição de 1824, feitas por D. Pedro I.

Sob a liderança de **Frei Caneca** e **Cipriano Barata**, seria adotado um regime republicano e de caráter liberal. O movimento não resultou como o esperado e os envolvidos foram condenados.

Gabarito: A

9. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

O dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, tornou-se feriado logo após a proclamação da República. Durante o Império, no entanto, a lembrança do episódio da Conjuração Mineira era incômoda, pois:

- A) os inconfidentes tinham demonstrado clara oposição à forma monárquica de governo.
- B) a revolta nas Minas Gerais se declarou muitas vezes contrária à independência.
- C) a escravidão, mantida no Império, foi questionada pelos inconfidentes, que defendiam a abolição.
- D) a elite imperial se identificava com o Iluminismo, negado pelos revoltosos de 1789.
- E) os dois imperadores do Brasil eram contrários aos impostos defendidos pelos inconfidentes.



Comentários

A Inconfidência Mineira ocorreu no ano de 1789 e foi uma Revolta de caráter **separatista** em relação à Metrópole Portuguesa. Defendia, dentre outros fatores, a adoção de um regime **republicano** como forma de governo, em detrimento ao regime monárquico. Seus líderes eram letrados e tinham predileção pelos ideais franceses da Revolução e do Iluminismo, ambos do século XVIII.

Dentre tais líderes, temos o alferes **Tiradentes**, um dos poucos que advinha de uma parcela mais baixa da sociedade e o único a ser condenado à morte, sob a pena de **esquartejamento**. Tal punição, severamente aplicada, representava uma forma de coerção social, a fim de se evitar que novas insurgências ganhassem corpo.

Gabarito: A

10. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011)

[Foi] uma das revoltas que evidenciaram, no período regencial, as crises que marcaram a organização do país independente, mobilizando a província do Rio Grande de São Pedro e alcançando Santa Catarina, entre 1835 e 1845. (...) À diferença da repressão da maioria das rebeliões do período regencial, nas quais a participação popular e dos grupos médios urbanos foi expressiva, o governo imperial assumiu, nesse caso, postura que aliou negociação e repressão.

(Ronaldo Vainfas (org). Dicionário do Brasil Imperial, 2002.)

O fragmento apresenta a

- A) Confederação do Equador.
- B) Farroupilha.
- C) Sabinada.
- D) Balaiada.
- E) Revolta dos Malês.

Comentários

A revolta a que o texto se refere é a **Revolução Farroupilha**, ocorrida no período regencial brasileiro, entre os anos de 1835 e 1845, na atual região do Rio Grande do Sul. Ocorreu em decorrência da cobrança, por parte dos portugueses, de impostos sobre os produtos rio-grandenses, como o mate, o couro e, sobretudo, o **charque** (carne bovina).

Com a baixa nos impostos do charque estrangeiro para a importação ao Brasil, sobretudo vindo do **Paraguai**, a elite rio-grandense, que já se encontrava insatisfeita, passou a se unir contra o Império.

Em 1835, portanto, teve início a Farroupilha, que uniu negociações e conflitos armados entre os defensores do Império e os que defendiam a proclamação da República. Dentre os grandes nomes da liderança farroupilha, temos o brasileiro Bento Gonçalves e o italiano **Giuseppe Garibaldi**, este último tendo aderido ao movimento ao entrar em contato com o brasileiro.

Gabarito: B



11. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:

- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.

Comentários

A questão faz referência ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, resultado do pós-Independência em relação a Portugal, em 1822. É importante considerar que tal período foi marcado por uma busca pela **integração** das regiões do país ao Poder Central, até então fragmentado em decorrência de uma série de revoltas de caráter emancipacionista, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Como principais exemplos dessas lutas pela independência, podemos citar os casos da Inconfidência Mineira, em 1789, da Conjuração Baiana, de 1798 e, finalmente, em 1817, com a Revolução Pernambucana, fruto da elevada cobrança de impostos advindos com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808.

Diante deste cenário, buscou-se reestruturar o Estado Nacional do Brasil com base em um processo de centralização do poder, procurando reorganizar o país em meio às instabilidades geradas no período anterior à independência.

É preciso destacar, também, a respeito das demais alternativas, que a instituição do regime republicano se deu apenas em 1889; as relações econômicas frente a outros países europeus, sobretudo a Inglaterra, não foram rompidas; o trabalho escravo somente foi abolido no ano de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea**; enfim, o Estado Português não tentou recolonizar o país, mas manter certo controle a partir do reinado de Dom Pedro I, o qual perdurou entre os anos de 1822 e 1831.

Gabarito: D

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

QUESTIONÁRIO – SOMENTE PERGUNTAS

- 1) Quais os motivos que levaram à transmigração da Corte Portuguesa ao Brasil, sob a liderança de D. João, em 1808?
- 2) Comente sobre a Revolução Pernambucana de 1817, destacando as suas causas, objetivos, principais características e qual foi seu resultado.



- 3) Em que medida a Revolução Liberal do Porto influenciou no processo de independência brasileira, e de que forma D. Pedro I esteve inserido neste processo?
- 4) Quais são as diferenças entre o processo de independência do Brasil e os processos de outras nações latino-americanas, como a Argentina, por exemplo?
- 5) Explique os motivos que levaram Pedro I a rejeitar o projeto de Constituição de 1823 e quais foram as medidas adotadas por ele.
- 6) Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira. De acordo com ela, quais eram as atribuições do imperador?
- 7) Explique, de forma sucinta, o que foi a Confederação do Equador de 1824.
- 8) O que foi a Guerra da Cisplatina?
- 9) Quais fatores contribuíram para a abdicação de D. Pedro I, em 1831?
- 10) Quais são as principais características da situação política do Brasil entre a abdicação de D. Pedro I, em 1831, até sua morte, em 1834, e quais foram os rumos seguidos entre 1834 e 1840?
- 11) Comente as origens dos partidos Liberal e Conservador no Brasil.
- 12) Caracterize a Regência Trina Provisória e as principais medidas por ela adotadas.
- 13) Qual grupo político a Regência Trina Permanente representava?
- 14) O que foi o Ato Adicional de 1834 e o que ele determinava?
- 15) Comente os principais aspectos da Regência Una de Diogo Feijó.
- 16) Explique o que foi a Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840.
- 17) Qual era a situação econômica do Brasil durante o período regencial?
- 18) Elabore um texto explicando, de forma objetiva, as principais revoltas regenciais ocorridas no Brasil. Considere, para isso: a província em que cada revolta ocorreu, sua duração, as causas da revolta, quais grupos sociais participaram, seus objetivos e resultados.
- 19) Explique o termo “Parlamentarismo às avessas” no contexto do Segundo Reinado.
- 20) Quais fatores foram responsáveis pela expansão cafeeira no século XIX?
- 21) O que foi a lei Eusébio de Queirós, de 1850?
- 22) Qual foi a atitude inglesa, com base no Bill Aberdeen, em relação ao Brasil?
- 23) Explique brevemente a Questão Christie e qual foi o seu desfecho.
- 24) Explique os conflitos em que o Brasil esteve inserido na região platina ao longo do século XIX.
- 25) Quais foram os efeitos da Guerra do Paraguai para o Brasil e para o Paraguai?
- 26) Comente sobre as leis abolicionistas e os seus efeitos no Brasil.
- 27) Explique os principais motivos que levaram à queda da Monarquia Brasileira.



QUESTIONÁRIO – PERGUNTAS E RESPOSTAS

1) Quais os motivos que levaram à transmigração da Corte Portuguesa ao Brasil, sob a liderança de D. João, em 1808?

Dentre os principais motivos que levaram à transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, podemos destacar as invasões napoleônicas entre o final do século XVIII e início do século XIX, resultado da neutralidade de Portugal diante do bloqueio continental imposto pela França à Inglaterra. Como Portugal mantinha relações comerciais com a Inglaterra, o fechamento de seus portos, em atendimento ao bloqueio, seria prejudicial para ambas as nações.

2) Comente sobre a Revolução Pernambucana de 1817, destacando as suas causas, objetivos, principais características e qual foi seu resultado.

Ocorrida na província de Pernambuco, essa revolta foi resultado da insatisfação de muitos moradores com o crescente aumento dos impostos pagos, que sustentavam apenas os luxos da Corte no Rio de Janeiro. A queda no preço do açúcar no mercado internacional também favoreceu a eclosão da Revolução, contrária ao governo de D. João VI. Apesar de os grupos envolvidos em sua liderança possuírem diferentes metas, um consenso era a proclamação da república. O governo imperial reagiu e enviou as tropas para combater a insurreição, que a essa altura havia tomado a província e estabelecido um governo provisório. Foi a única rebelião anterior à independência que superou a conspiração e agiu de forma a tomar o poder, permanecendo nele por cerca de 2 meses e meio. Seus líderes foram condenados à morte.

3) Em que medida a Revolução Liberal do Porto influenciou o processo de independência brasileira, e de que forma D. Pedro I esteve inserido neste processo?

Na cidade portuguesa do Porto, comerciantes liberais, com o apoio de camponeses, militares, funcionários públicos, conquistaram o poder. Diante deste cenário, criaram uma Constituição de caráter liberal que limitava os poderes de D. João VI, além de pretender recolonizar o Brasil. Frente a esta situação, D. João abdicou do cargo e deixou seu filho, Pedro, como príncipe regente do Brasil. Contudo, as Cortes de Lisboa, que representavam os interesses da burguesia portuguesa, procuraram restringir a autonomia do governo brasileiro, enfraquecendo a figura de D. Pedro e exigindo o seu retorno à Portugal. Os latifundiários brasileiros, percebendo que isto seria prejudicial a eles, fundaram o Partido Brasileiro, elaborando um documento pedindo que D. Pedro não regressasse, como as Cortes de Lisboa desejavam. Tal fato ficou conhecido como o Dia do Fico, em 09 de janeiro de 1822, e a permanência de D. Pedro, que rompeu politicamente com Portugal e proclamou a independência do Brasil em 07 de setembro de 1822.

4) Quais são as diferenças entre o processo de independência do Brasil e os processos de outras nações latino-americanas, como a Argentina, por exemplo?

Em linhas gerais, a principal diferença entre as independências ocorridas nos demais países da América Latina, como a Argentina e o Paraguai, por exemplo, em relação ao Brasil é que aquelas nações se tornaram repúblicas, enquanto o Brasil se tornou uma monarquia, ainda sob o domínio de Portugal.



5) Explique os motivos que levaram Pedro I a rejeitar o projeto de Constituição de 1823 e quais foram as medidas adotadas por ele.

O projeto de Constituição que seria elaborado em 1823 foi rejeitado por D. Pedro I, uma vez que limitava seus poderes e ampliava os poderes do Legislativo. Além disso, estabelecia que o poder político ficaria mantido nas mãos dos grandes proprietários rurais. Diante disso, D. Pedro dissolveu a Constituinte, nomeou uma comissão composta por 10 brasileiros natos e elaborou uma nova Constituição, outorgada pelo imperador em 25 de março de 1824.

6) Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira. De acordo com ela, quais eram as atribuições do imperador?

Com a Constituição de 1824, o imperador nomeava os magistrados do Judiciário, escolhia os senadores do Legislativo, era encarregado da administração pública e do cumprimento das leis, no Executivo, e possuía uma quarta função, atrelada ao Poder Moderador, que estabelecia o direito de nomear ministros, senadores e juizes, demitir presidentes de províncias, dissolver Câmaras, vetar atos do Legislativo e, finalmente, dava ao imperador o direito de intervir nos demais Poderes, após consulta ao Conselho de Estado, composto por conselheiros nomeados pelo próprio imperador.

7) Explique, de forma sucinta, o que foi a Confederação do Equador de 1824.

A Confederação do Equador foi um projeto de estabelecer uma república no Nordeste brasileiro, em razão da queda nas exportações de açúcar, entre as elites, e da miséria social, entre as camadas mais pobres (negros livres, escravos, militares de baixa patente, mestiços). Estiveram sob a liderança de Frei Caneca e Cipriano Barata, que defendiam, além da república, um poder descentralizado e maior autonomia às províncias.

8) O que foi a Guerra da Cisplatina?

Ocorrida entre 1825 e 1828, foi um conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata, resultando na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai.

9) Quais fatores contribuíram para a abdicação de D. Pedro I, em 1831?

Dentre os principais fatores, podemos destacar: estilo mais autoritário e centralizador de D. Pedro, vislumbrado pela repressão à Confederação do Equador, pela dissolução da Constituinte, a outorga (imposição) da Constituição e o estabelecimento do Poder Moderador, que somente o beneficiava; balança comercial desfavorável; associação à morte do jornalista Líbero Badaró.

10) Quais são as principais características da situação política do Brasil entre a abdicação de D. Pedro I, em 1831, até sua morte, em 1834, e quais foram os rumos seguidos entre 1834 e 1840?

Ao abdicar do trono, Pedro I deixou seu filho, Pedro de Alcântara, com apenas 5 anos de idade, mas que não poderia assumir até completar 18 anos. Diante disso, o Brasil passou a ser governado por regentes, até 1840, quando ocorreu o Golpe da Maioridade que estabeleceu a posse de Pedro como novo imperador brasileiro. Entre 1831 e 1834, notamos que a política foi conduzida por três grupos políticos: os restauradores (defendiam a volta de Pedro I e monarquia absolutista), liberais exaltados (descentralização do poder e autonomia administrativa das províncias) e liberais moderados (centralização política e permanência da



monarquia, mas sem o absolutismo). Quando Pedro I morre, em 1834, os restauradores e liberais exaltados têm seu poder reduzido, sendo que, a partir de 1837, os moderados são divididos em progressistas (governo forte e centralizado, mas abertos a concessões) e regressistas (não estavam dispostos a fazer concessões aos exaltados, contrários à liberdade administrativa das províncias).

11) Comente as origens dos partidos Liberal e Conservador no Brasil.

A partir de 1840, os regressistas assumiram a denominação de Partido Conservador (saquaremas) e os progressistas, a de Partido Liberal (luzias), possuindo poucas divergências ideológicas entre si.

12) Caracterize a Regência Trina Provisória e as principais medidas por ela adotadas.

Foi estabelecida com a abdicação de Pedro I e vigorou entre 07 de abril e 07 de junho de 1831. Esteve sob responsabilidade de Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva. Dentre as principais medidas, temos: readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em 05 de abril do mesmo ano), anistia aos presos políticos e a suspensão parcial do Poder Moderador. Tais medidas possuíam um caráter liberal e contrário ao absolutismo.

13) Qual grupo político a Regência Trina Permanente representava?

Composta por João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva, governou entre 1831 e 1835, sendo que este grupo representava os liberais moderados, em busca da manutenção da ordem política e social.

14) O que foi o Ato Adicional de 1834 e o que ele determinava?

Os políticos moderados estabeleceram uma reforma na Constituição de 1824, conhecida como Ato Adicional, e estabelecia que a regência deveria ser exercida por uma pessoa, cujo mandato seria 4 anos. Além disso, o Ato extinguiu o Conselho de Estado e criou as Assembleias Legislativas provinciais.

15) Comente os principais aspectos da Regência Una de Diogo Feijó.

Diogo Feijó foi eleito para comandar a primeira Regência Una, a partir de 1835, ligado aos moderados progressistas. Durante sua regência, uma série de revoltas tiveram início, como a Cabanagem e a Farroupilha. Os políticos o acusavam de não conseguir manter a ordem no país. Em 1837, diante dessas instabilidades, renunciou ao cargo, sendo substituído por Araújo Lima.

16) Explique o que foi a Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840.

Durante a Regência Una de Araújo Lima (1838-1840), as revoltas passaram a ser contidas violentamente. Em meio a este cenário, os regressistas criaram uma nova lei, chamada de Lei Interpretativa do Ato Adicional, que reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central.

17) Qual era a situação econômica do Brasil durante o período regencial?

O Brasil enfrentava uma grande instabilidade política, social e econômica, sobretudo no que diz respeito ao mercado externo. O preço das exportações brasileiras caía significativamente, dada a concorrência de produtos similares de outras regiões, como o açúcar antilhano e o de beterraba, produzido na Europa, além da baixa arrecadação de impostos devido aos privilégios alfandegários concedidos aos produtos da Inglaterra e outros países. Somado a isso, temos as



despesas com as operações militares para conter as rebeliões internas e o crescimento do déficit brasileiro em virtude de empréstimos feitos junto ao exterior.

18) Elabore um texto explicando, de forma objetiva, as principais revoltas regenciais ocorridas no Brasil. Considere, para isso: a província em que cada revolta ocorreu, sua duração, as causas da revolta, quais grupos sociais participaram e seus objetivos.

- Cabanagem (1835-1840), Pará. Organizada por negros, indígenas e pessoas pobres que viviam às margens dos rios (cabanos), em razão das péssimas condições de vida e domínio político de grandes fazendeiros.

- Balaiada (1838-1841), Maranhão. Organizada por pobres da região, escravos e fugitivos, em decorrência da miséria que assolava a população mais carente.

- Sabinada (1837-1838), Bahia. Organizada por militares e classe média, procurava instituir uma república na província.

- Farroupilha (1835-1845), Rio Grande do Sul. Organizada por estancieiros e militares, procurava lutar contra a alta dos impostos sobre o charque (carne seca) sulino, uma vez que o Uruguai estava entrando no mercado do país com uma carne mais barata.

- Revolta dos Malês (1835), Bahia. Organizada por escravos de origem muçulmana (os malês), procurava acabar com a escravidão e a imposição do cristianismo, além de acabar com as demais restrições religiosas.

19) Explique o termo “Parlamentarismo às avessas” no contexto do Segundo Reinado.

A organização do sistema parlamentar brasileiro era diferente do sistema de outros países. Dom Pedro II, imbuído das atribuições do Poder Moderador, possuía autonomia para escolher os integrantes do Conselho de Estado. Este órgão, situado abaixo da autoridade do monarca, poderia escolher os ministros e realizar a dissolução da Câmara de Deputados. Na maioria das vezes, as ações do Conselho somente refletiam os interesses pessoais do imperador. Daí a origem “Parlamentarismo às avessas”, pois quem indicava os cargos era o próprio imperador, não o parlamento.

20) Quais fatores foram responsáveis pela expansão cafeeira no século XIX?

Com a mudança do centro econômico do Nordeste para o centro-sul do país, em razão da expansão dos cafezais, um novo produto ganha o cenário da economia brasileira: o café é resultado de um processo de industrialização e modernização brasileiro, no qual o trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho assalariado, predominantemente realizado pelos imigrantes (italianos e alemães). O café passou a ser exportado para a Europa e Estados Unidos, incentivando o crescimento do mercado exportador. Além disso, clima e solo favoráveis ao seu cultivo favoreciam o desenvolvimento das lavouras.

21) O que foi a lei Eusébio de Queirós, de 1850?

A Lei Eusébio de Queirós estabelecia o fim do comércio internacional de escravos para o Brasil, ainda que desde 1831 o tráfico negreiro já havia sido proibido, mas ainda permaneceu por cerca de 20 anos, devido, em parte, ao tráfico interno, ou seja, aquele ocorrido entre as províncias brasileiras.



22) Qual foi a atitude inglesa, com base no Bill Aberdeen, em relação ao Brasil?

No ano de 1845, para agir contra os traficantes de escravos, a Inglaterra aprova a lei Bill Aberdeen, que autorizava que a marinha inglesa atacasse navios negreiros. Sob o amparo legal, a marinha da Inglaterra invadiu portos brasileiros a fim de prender traficantes e prender navios negreiros.

23) Explique brevemente a Questão Christie e qual foi o seu desfecho.

Em 1861, um navio inglês naufragou na costa do Rio Grande do Sul e teve sua carga roubada. No ano seguinte, três oficiais da marinha inglesa foram presos no Brasil, acusados de provocarem desordem. William Christie, embaixador inglês, exigiu que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra pelo furto da carga e liberasse os oficiais, algo que não foi realizado. Em meio à negativa, ordenou que a marinha inglesa aprisionasse navios mercantes brasileiros. Neste cenário, foi estabelecido o arbitramento internacional, feito pelo rei belga Leopoldo I, o qual se apresentou favoravelmente ao Brasil. O governo inglês se recusou a apresentar desculpas formais, forçando o rompimento das relações diplomáticas, que seriam retomadas somente em 1865. Este episódio ficou conhecido como Questão Christie.

24) Explique sucintamente os conflitos em que o Brasil esteve inserido na região platina ao longo do século XIX.

Além da já mencionada Guerra da Cisplatina, podemos destacar mais três conflitos: Guerra do Prata (1851-1852), que, após a formação da República Oriental do Uruguai (1828), elegeu Rivera como presidente, não interferindo nas relações com o Brasil. Contudo, em 1834 Oribe vence as eleições e se une ao presidente argentino, **Juan Manuel Rosas**, que pretendia anexar o Uruguai ao território argentino, prejudicando os interesses brasileiros referentes à navegação e fronteiras. Diante de tal situação, o Brasil interviu militarmente, aliando-se ao colorado Rivera e derrubando Oribe do poder. O segundo movimento foi a Guerra do Uruguai (1864-1865), quando fazendeiros gaúchos se queixaram de que os blancos uruguaios estavam invadindo e roubando gado no Brasil, o presidente uruguaio **Atanásio Aguirre**, do Partido Blanco, não deu muita atenção à situação. Neste cenário, o Brasil declarou guerra ao Uruguai e se aliou ao Partido Colorado sob a liderança de **Venâncio Flores**. Em 1865, Flores derrotou Aguirre com apoio das tropas brasileiras, assumindo a presidência do país. Por fim, ocorreu a Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual fatores econômicos foram fundamentais para sua eclosão. O desenvolvimento dos produtos paraguaios ameaçava os interesses ingleses, que preferiam que os latino-americanos fossem, apenas, fornecedores de matérias-primas e consumidores de seus produtos industrializados. O governo paraguaio, contudo, não se encaixava nessa política, sendo que a Inglaterra favoreceu, assim, a luta entre Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Além destes aspectos, as questões de navegação foram cruciais para o desenvolvimento do conflito.

25) Quais foram os efeitos da Guerra do Paraguai para o Brasil e para o Paraguai?

No Brasil, a questão econômica foi sentida consideravelmente, dado que o país contraiu inúmeros empréstimos e teve muitos prejuízos, além das dívidas com os banqueiros da Inglaterra. O exército brasileiro também se mostrou conflituoso, dado que se apresentou contrariamente à escravidão. No caso do Paraguai, estima-se que metade da população tenha sido morta ao longo das lutas, mas os números não são confiáveis, dada a falta de informações a respeito. De toda forma, as perdas humanas foram extremamente significativas para o país.



26) Comente sobre as leis abolicionistas da segunda metade do século XIX.

- Lei do Ventre Livre (1871): declarava livres todos os nascidos de mãe escrava a partir de sua promulgação. Além disso, isentava os donos de escravos da obrigação de alimentar os filhos dos escravos. Permitia, também, que os escravos que juntassem dinheiro poderiam comprar sua liberdade (alforria).

- Lei dos Sexagenários (Saraiva-Cotegipe, 1885): declarava livres os escravos com mais de 60 anos, além de isentar os donos de sustentar aqueles que ultrapassassem tal idade (o que era muito raro devido às condições precárias de vida).

- Lei Áurea (1888): extinguiu a escravidão no Brasil, assinada pela Princesa Isabel.

27) Cite os principais motivos que levaram à queda da Monarquia Brasileira.

Dentre os principais motivos, temos a insatisfação dos grandes proprietários de terras em relação ao fim da escravidão, o crescimento do movimento republicano a partir de 1870, os conflitos do governo imperial com a Igreja Católica e o exército e a instabilidade econômica.

...

É isso aí, pessoal! Aguardo vocês no nosso próximo passo, onde abordaremos os aspectos Históricos da Primeira República: coronelismo e federalismo. Revolução de 1930. A Era Vargas: autoritarismo, estado e nação.

Grande abraço, bons estudos e foco no sucesso!!!



@professorsergiohenrique



História e Atualidades com
Sergio Henrique



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.